

Dinda ⁶⁰ O convite aos bancos estrangeiros

13 JUN 1986

Brasil está tentando a operação *charme* junto aos bancos credores. Por um lado, afirma-se que o Brasil precisa reduzir suas exportações de capitais; por outro, o ministro da Fazenda avisa que se os bancos estrangeiros quiserem mostrar boa vontade para com o País podem confiar em que o Brasil honrará seus compromissos. Essa campanha começa no momento azado, mas a verdade é que a blasonaria do ministro Dilson Funaro vem sempre em hora inoportuna.

Em comentários anteriores, frisamos que tanto o ortodoxo BIS (Banco de Ajustes Internacionais) como o conservador FMI sabem que não podem pedir aos países endividados que renunciem ao crescimento econômico. É possível pedir aos países endividados que se sacrifiquem por um ano ou dois. Pedir-lhes mais do que isso é criar um clima que antecipa a subsistência da democracia nesses países. Por isso, os governos estrangeiros estão de acordo quanto a pedir aos bancos comerciais que tornem a participar do financiamento do desenvolvimento econômico dos países endividados.

O clima internacional, pelo menos no que toca aos governos e aos bancos centrais, apresenta-se favorável. Não é fácil, porém, avaliar os reflexos do drama do México sobre a situação do Brasil. Por um lado, notam-se os esforços do governo norte-americano no sentido de favorecer uma solução aceitável, a fim de evitar a decretação de moratória; por outro, percebe-se que os bancos privados internacionais estão cansados de sentir-se ameaçados por uma moratória e de ser instados a fornecer mais recursos aos países endividados. É provável que a decretação de uma moratória por parte do México não seria muito favorável ao Brasil, pois os bancos credores sofreriam um novo impacto que exigiria uma ajuda oficial a fim de evitar uma situação de iliquidez, ainda que os bancos credores estejam hoje em melhor situação do que em 1982.

Diante desta situação, que lhe é relativamente favorável, o Brasil está compreendendo que, mais do que nunca, necessita de investimentos, investimentos que, no passado, foram financiados com recursos externos e que, ao contrário do que ocor-

reu em vários outros países, foram, em geral, bem aplicados. Ora, com este consumismo que a situação do País não comporta, a poupança interna bruta tem diminuído e, hoje, representando apenas 14% do PIB, após ter já chegado a 23%. Além do mais, sendo necessário pagar os juros sobre os empréstimos anteriores, 5% do PIB, 36% da poupança é enviada para o Exterior. Não há dúvida de que a situação atual contradiz a normalidade, visto que um país em desenvolvimento, como o nosso, passa a exportar capital para países ricos.

As necessidades do Brasil são manifestas e o clima internacional, favorável a supri-las, ou, pelo menos, através de uma redução do *spread*, de uma consolidação da dívida e até de uma volta aos novos empréstimos, permitir ao Brasil manter uma taxa de crescimento adequada. Mas nosso governo tem de respeitar algumas regras: ainda que apenas para agradar a plateia, o ministro da Fazenda precisa abandonar o tom de suficiência com que pretende ditar as regras aos credores. Já foi ele bastante infeliz no tocante ao Clube de

Paris. Agora, anuncia que, se os bancos credores não quiserem fornecer *new money*, "não vamos honrar nossos compromissos". Não é desta maneira que se consegue a boa vontade dos banqueiros, os quais não podem aumentar seus empréstimos a um devedor que avisa que só pagará sob aquela condição. Até agora, entre os grandes devedores, o Brasil vem-se destacando, obtendo deste modo uma posição favorável. Temos de zelar — e isto não fere a dignidade nacional — por esta boa situação. Temos de pedir que nossos credores entendam que neste ano de eleição é difícil ir ao FMI, mas não deveríamos insistir tanto sobre a "força do Brasil", que está resistindo ao organismo internacional.

Um dia, o País terá de recorrer ao FMI: o povo brasileiro não entenderá bem por que, visto que as exigências do FMI, para o governo, ferem a independência nacional. É o momento oportuno de manter seriedade e saber que o crescimento nacional — a menos que se queira sacrificar totalmente o consumo — depende de uma ajuda externa, que está prestes a ser-nos dada.